

Os 50 anos da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto

M. I. Rollemberg

Neste ano em que se comemora o cinquentenário da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto, justamente em um ano eleitoral, vem-me à mente a efervescência política daquela época. Lucas Nogueira Garcez, brilhante professor da Escola Politécnica, exercia o cargo de governador do Estado, onde chegou graças ao então poderoso Adhemar de Barros. Com a intolerância deste último em transformar seu discípulo em mero títere, o rompimento não se fez esperar.

Durante seu governo, Garcez atendeu aos apelos do Professor Zeferino Vaz para a criação de uma escola médica no interior, coisa totalmente impensável naquela época. Forneceu todos os elementos para a construção de uma escola dentro dos mais altos padrões, tendo sido colocado um busto do ilustre homem público no hall de entrada do prédio principal, agradecimento justo e natural como ocorre nas faculdades dos Estados Unidos e da Europa. Hoje em dia os grandes hospitais de São Paulo tornam pública sua gratidão dessa forma carinhosa. Naquele tempo, o busto teve de ser defenestrado, porém, para não ferir os pruridos do sucessor. Para o cargo concorria mais uma vez Adhemar, e a enfrentá-lo Jânio Quadros, um combativo vereador que surpreendera o candidato oficial do ademarismo na primeira eleição para prefeito da cidade de São Paulo,



Paulo Miguel

Entrada principal da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto

após a ditadura Vargas. Dizem que o candidato oficial havia sido "cristianizado". Este termo surgiu em 1950, nas eleições presidenciais. O candidato do PSD, então partido dominante, era o político mineiro Christiano Machado. Quando seus caciques perceberam que a disputa estaria entre Getúlio Vargas e o Brigadeiro Eduardo Gomes, abandonaram a candidatura própria e se bandearam para os lados de Vargas,

garantindo sua vitória. No caso de São Paulo, diziam as más línguas que Adhemar, escabreado com o governador Garcez e não desejando sombra à sua roda, preferiu ver seu candidato derrotado por um obscuro e inofensivo vereador. Se isso é verdade ou não, o certo é que a vitória de Jânio à prefeitura de São Paulo foi um fenômeno que repercutiu em todo o país. Agora se via frente a frente com o poderoso ex-governador. Na última noite de propaganda eleitoral autorizada, Adhemar alugou as três emissoras de televisão existentes, Tupi, Record e Paulista, e, visivelmente perturbado (o homem era "chegado" a uma "caninha"), passou a dirigir impropérios ao governador com palavras pesadas e ameaças abertas. Seja por isso ou não, a verdade é que ao se abrirem as urnas, Jânio Quadros derrotava o todo-poderoso Adhemar. Foi um choque, uma surpresa e um alívio para certos setores. É bem verdade que a vitória foi apertadíssima: somente 17.000

votos no maior colégio eleitoral do país. Daí resultou uma animosidade entre esses dois homens públicos que durou o resto da vida de ambos. Com a subida de Jânio, todos os símbolos ademaristas desapareceram, invertendo-se as coisas na volta ademarista, rotina esta que enodoa de forma persistente a política brasileira. Nessas condições, a faculdade sofreu na pele as idiossincrasias do "l'homme de la balai". Foi preciso que o brilhante Professor Alípio Correia Netto, Secretário de Educação, fosse até lá e publicasse vários artigos de página dupla no *Diário de São Paulo*, dos então Diários Associados, exaltando o que havia e estava sendo feito ali, para acalmar a fúria janista. Alguma coisa já pairava no ar como mau presságio.

A faculdade continuou sua trilha sob o timão de Zeferino Vaz, que conseguiu levar para Ribeirão Preto uma plêiade excelsa de mestres. Era como ele dizia, "a criação não apenas de uma nova faculdade, mas de uma nova mentalidade". Trouxe professores dos mais variados centros com a intenção de formar um amálgama singular.

Escolheu para patrono do centro acadêmico a figura excepcional de Henrique da Rocha Lima. Normalmente, quando converso com colegas mais jovens e pergunto por seus ídolos, recebo sempre uma negativa ao perguntar sobre Rocha Lima, possivelmente o maior pesquisador da história médica brasileira. Discípulo de Osvaldo Cruz, integrou-se com vários cientistas no estudo das moléstias infecto-contagiosas, entre elas o tifo exantemático que grassava impiedosamente na Europa e no Brasil, especialmente em São Paulo e arredores, até Campinas. Foi infectado juntamente com von Prowazeki e Ricketts, o primeiro alemão e o segundo americano. Sobreviveu milagrosamente em uma época sem antibióticos, conseguindo isolar o agente etiológico, descrever seu ciclo evolutivo, criando uma nova categoria bacteriana que denominou *Ricketzia prowazeki*, em homenagem aos dois companheiros mártires. Saiu do Brasil para dirigir o



Busto do fundador da Faculdade

Instituto de Medicina Tropical de Hamburgo, onde mercê seu trabalho, recebeu as maiores comendas alemãs. Em 1928, foi indicado ao prêmio Nobel de Medicina. A ele se opôs o francês Charles Nicolle, indicado pela grande potência vencedora da 1ª Guerra Mundial pelos trabalhos com o tifo exantemático. Mesmo diante dos inegáveis méritos de Rocha Lima, muito maiores que os do francês, o Nobel foi para a França. Que poderia um cientista brasileiro indicado pela nação derrotada em 1918.

Tudo passou. O vendaval janista e a prepotência ademarista até hoje causam dissabores. Na política atual, há candidatos que insistem no bordão "rouba mas faz" e outros que acreditam na chegada de um taumaturgo.

A Faculdade de Ribeirão Preto continuou sua trajetória sábia e firme, superou todos esses entraves e hoje se firma como uma das instituições modelares do Brasil.

Relembramos todos estes fatos com nostalgia e satisfação, a evocar os tempos em que acompanhamos vivamente os primeiros passos da novel escola.

M. I. Rollemberg é
médico-cirurgião e escritor

Dialogar é expor-se, não tanto a golpes de outrem, o que não é nada, mas ao abalo de seus próprios pensamentos.

Irany Novah Moraes

O fato de o leitor não partilhar das idéias exaradas pelo autor de um livro ou por articulista de periódico não o torna, de maneira alguma, menos merecedor de consideração. Para dar-lhe a devida atenção e para que aqueles que estão de acordo com os pensamentos expostos não sejam, eventualmente, confundidos pelas afirmações contrárias, vou fazer algumas considerações que julgo oportunas.

Preliminarmente analisarei os tipos de leitor discordante. Há o que "não lê e não gosta" simplesmente por espírito preconcebido contra o autor. Quando lê, nem sequer vai ao fim do texto. Outras vezes, discorda, mas, sentindo a força da mensagem, termina a leitura e passa a falar mal do autor, critica-o abertamente, porém, sem argumentação lógica. Outros, mais afoitos, no caso de o periódico manter uma "Coluna do Leitor", enviam cartas assinadas discordando; estes são autênticos. Os menos escrupulosos confundem o leitor, por não gostando da pessoa do autor, combatem suas idéias. Entretanto, há um grupo que tem uma reação anômala, que flutua entre a timidez e a falta de coragem. Refiro-me ao leitor que escreve cartas anônimas e que jamais deseja participar da circulação de idéias, restringe-se a assuntos adjacentes e não entra no mérito do problema em pauta. Geralmente, no íntimo quer apenas denegrir a imagem do autor seja por inveja ou pelos complexos ocultos em seu subconsciente, revelando, às vezes, laivos de ódio protegidos pela guarda do anonimato. O que o leitor não pode fazer é, usando o manto do anonimato, difamar o autor, caluniá-lo, alegando fatos inverídicos. Essas manifestações, por não serem assinadas, não

Dialogar com o leitor

são públicas e nem merecem consideração. Denúncia vazia é desprezada pelos editores. O crítico levião não sabe que em casos semelhantes, levados à Justiça, esta condenou o difamante.

Já aquele que escreve ao jornal para dialogar, com a coragem de assumir a autoria de suas próprias idéias, participa da reflexão. O mais comum, entretanto, é a manifestação de quem tem coragem de identificar-se e, assim, promover verdadeiramente troca de idéias com o articulista.

Certa ocasião, recebi apreciável número de manifestações concordando com minhas idéias exaradas em um artigo que escrevi em *O Estado de S. Paulo*. O próprio jornal fez um editorial endossando-as. Em outra oportunidade, o leitor não concordou comigo e veementemente se manifestou contra, porém, baseado em emoção e não na razão, mas com idoneidade e coragem para identificar-se. Reuniu amigos, debateu o assunto e, em nome dos companheiros, escreveu contra minhas idéias. À parte as grosserias, que debito ao estado emocional do grupo, dei atenção à manifestação, explicando ponto por ponto do que não foi por eles adequadamente entendido.

Tais fatos levaram-me a elaborar algumas reflexões sob dois pontos de vista que passo a expor: 1 – O que o articulista deseja ao divulgar suas idéias? 2 – Como ele espera que sua mensagem seja compreendida e assimilada?

É fácil entender que nem todos podem concordar com tudo que se escre-



Arte: **Nabih Mitaini**

ve, e para que essa idéia fique bem clara, vou lembrar William James na assertiva que transcrevo: "Quando duas pessoas se encontram, há, na verdade, seis em presença; cada uma como se vê a si mesma, como é vista pela outra e como realmente ela é." Sendo assim, é muito fácil imaginar que os pontos conflitantes sejam mais freqüentes do que os de concordância. É sempre muito mais provável que o que foi dito leve a situações em que um veja a imagem real ou virtual do outro não coincidir com a que fazia, ou com a que esperava e, então, se decepçiona. Como a recíproca é verdadeira, se ambas as situações ocorrerem, simultaneamente, a incompreensão se agrava. É da natureza humana ser sempre muito mais rigoroso com os outros do que consigo próprio. Isso é frontalmente contrário à reco-

mendação de Claparelli, que diz "seja benevolente com o próximo e rigoroso consigo próprio". Assim, pequenas diferenças, que poderiam passar despercebidas, porém, vão se acumulando. Facilmente aflora a divergência. Uma vez instalada tal situação, as exigências aumentam e, progressivamente, as discordâncias vão afetando a imagem que aquele leitor tem do autor. A situação piora, e numa escalada vai da simpatia para a indiferença, desta para a antipatia, podendo chegar ao ódio.

O conhecimento dessa complexa problemática, pelo prisma apresentado, ajudará muitos a darem a suas leituras a dimensão adequada, lembrando que,

na verdade, talvez tenha havido má interpretação, quem sabe uma banalidade que não deve prejudicar o bom entendimento. Reflexões nessa linha de pensamento propiciam um aprimoramento da sociabilidade individual e permitem encontrar mais facilmente o sabor agradável da leitura.

Acredito que todos os que escrevem para um grande público desejam, essencialmente, analisar fatos e interpretar fenômenos mediante um diálogo fecundo com os seus leitores. O monólogo seria, para o articulista, o malogro de suas intenções. Lembraria a ele o moinho ao vento, melancólico e monótono.

A manifestação de um leitor representa, se a expressão pode ser usada, uma espécie de "eco matizado" das palavras do autor, às vezes entendidas de maneira deformada. Independentemente dessa eventual distorção, conviria ressaltar que a mera concordância com as idéias expostas não é o melhor tributo que se presta a elas. Imagine-se a eventualidade de todos os leitores concordarem plenamente com o autor; significaria isso que o óbvio teria sido dito e que, em tais condições, teria sido inútil a publicação do texto. Afirmo e reafirmo que o que vale é a troca de idéias, que deve ser feita com espírito superior, mente elevada, sem ódio ou tensões. Nesse diálogo peculiar entre autor e leitor, o importante é saber que a mensagem foi lida e provocou alguma reação. Mas tudo se torna fascinante quando o autor recebe a prova incontestável, e no caso pública, de que seu artigo estava carregado de suficiente energia para despertar no leitor a maior das forças do espírito: a da reflexão. Tal exercício abre sua mente.

Todo autor espera sempre que seu artigo desencadeie no leitor o processo reflexivo.

Irany Novah Moraes é professor da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo

Eurico Branco Ribeiro

e a Sociedade Brasileira de Médicos Escritores

Helio Begliomini

Este ano a Sociedade Brasileira de Médicos Escritores comemora o seu 37º aniversário, ao mesmo tempo que se registra o centenário de nascimento de Eurico Branco Ribeiro.

A história da SOBRAMES Nacional é toda ela alicerçada em seus quatorze primeiros anos na destacada figura de Eurico Branco Ribeiro. Eurico era natural do oeste paranaense, precisamente de Guarapuava. Nasceu aos 29 de março de 1902, sendo filho do paulista Arlindo Mateus Ribeiro e da paranaense Hermínia Saldana Branco, que faleceu dois anos depois. Seu pai casou-se novamente com Maria das Dores e teve mais nove filhos.

Em dezembro de 1963, Eurico Branco Ribeiro recebeu carta de Lucien Diamont-Berger, então secretário geral da Union Mondiale des Écrivains Médecins – UMEM, estimulando a criação dessa entidade no Brasil.

Eurico Branco Ribeiro, motivado a se empenhar nesta causa nobre, assim disponibilizou denodadamente seu espírito empreendedor, congregador, persuasivo e fraterno, fruto de uma liderança contagiante e edificante.

Um congresso da UMEM, realizado na Grécia, do qual participou um grupo de médicos literatos brasileiros sob a liderança de Eurico Branco Ribeiro, foi o estopim para a fundação da representação nacional.

A Sociedade Brasileira de Escritores Médicos (SBEM) foi fundada por Eurico Branco Ribeiro em 23 de abril de 1965, nas dependências da Associa-

ção Paulista de Medicina, e teve como sede o Sanatório São Lucas, situado à rua Pirapitingüi nº 80 – São Paulo, uma vez que este nosocômio era presidido por ele. Foram dezoito os médicos fundadores, incluindo uma mulher, Ida Laura Salles.

Eurico Branco Ribeiro, além de ter sido um dos fundadores da filiada germânica da UMEM, liderou em 1972 uma comitiva com mais seis delegados no XVI Congresso realizado em Regenesburgo, Alemanha. Dentre eles, Henrique Furtado Portugal, de Belo Horizonte.

Eurico Branco Ribeiro, embora nunca tivesse exercido o mandato presidencial sempre, foi respeitado pelos seus pares. No cargo de secretário-tesoureiro, influía nas decisões da sociedade, como se fosse um “primeiro-ministro”. Ademais, por ter sido seu fundador e ser dotado de virtudes ímpares e excepcionais, tornaram-no no maior líder, verdadeiro prócer da entidade. Tais predicados e antecedentes causavam verdadeiro fascínio, sendo motivo de certa veneração pelos confrades.

Eurico era contrário à mudança singela do nome de Sociedade Brasileira de Escritores Médicos (SBEM) para Sociedade Brasileira de Médicos Escritores (SOBRAMES). Entretanto, quando fora presidente da tradicionalíssima Sociedade de Medicina e Cirurgia de São Paulo, o nome da entidade foi alterado para Academia de Medicina de São Paulo.

Eurico formou-se em 1927 pela Faculdade de Medicina de São Paulo

com tese de graduação aprovada com “grande distinção – grau 10” versando sobre “As águas medicamentosas naturais”, tendo pesquisado cinco fontes do município de Guarapuava.

Começou a dedicar-se à cirurgia geral em 1926, sendo assistente do renomado professor Benedicto Montenegro que foi considerado sempre o seu mestre. Eurico foi também cirurgião do Hospital Beneficência Portuguesa, até 1946, do Hospital Pedreira, do Sanatório Santa Catarina e da Casa de Saúde Liberdade, entre outros.

Desde a fundação em 31 de janeiro de 1939, foi diretor do Sanatório São Lucas, no bairro da Liberdade onde trabalhou até o final de sua vida. Aquele edifício era uma antiga residência do Dr. Alfredo Pujol e possuía grande biblioteca com cerca de 200 coleções de revistas médicas nacionais e internacionais, além de milhares de livros. Inaugurou uma nova ala do Sanatório em 18 de outubro de 1945, dia de São Lucas.

Nesse sanatório estagiaram muitos médicos do Brasil e de vários países, principalmente sul-americanos, constituindo-se num verdadeiro hospital de ensino fora da Universidade, sendo Eurico Branco Ribeiro um autêntico catedrático sem cátedra.

Realizou nada menos do que 31.500 cirurgias em sua vida profissional (!), tendo sido considerado um dos maiores cirurgiões de gastrectomia do mundo, pois, sendo ambidestro, realizava-a num prazo máximo de uma hora, com sobeja destreza e segurança.

Eurico Branco Ribeiro foi presidente das seguintes entidades: Sociedade de Medicina e Cirurgia de São Paulo, Departamento de Cirurgia da Associação Paulista de Medicina, Sociedade dos Médicos da Beneficência Portuguesa e mestre do Capítulo de São Paulo no Colégio Brasileiro de Cirurgias, além de membro de outras



tos por seis volumes (1934-1952), versando sobre extensa temática técnico-clínico-cirúrgica absorvida durante sua vida, além de *A Cirurgia no Sanatório São Lucas*, com colaboradores, em três volumes, (1939-1967).

Participou de inúmeros congressos médicos nacionais e internacionais em todos os cantos do mundo, ocasiões em que aproveitava para realizar não só um aprofundado *tour* científico e técnico, mas também um festival de acontecimentos artísticos e de conagração. Aliás, esse era o seu lazer.

Eurico Branco Ribeiro foi o grande líder responsável para que se comemorasse o Dia do Médico, celebrado em 18 de outubro, dia onomástico de São Lucas. Foi profícuo rotariano, tendo sido galardoado em 1975 com a medalha Paul Harris, alta comenda do Rotary Internacional. Após seu passamento em 1º de março de 1978, foi-lhe dedicado um fascículo inteiro – edição especial da revista *Vida Rotária*.

Além de fazer uma magnífica conferência na Academia Paulista de Letras sobre *O Homem que Marcou o Dia de Natal* (1971), tomou posse solenemente na cadeira nº 6 em 15 de setembro de 1974, cujo patrono é Couto Magalhães. Além disso, também tomou posse em 27 de novembro de 1975 na cadeira nº 27 da Academia Cristã de Letras em São Paulo, tendo

escolhido para seu patrono o evangelista, médico e pintor São Lucas, ao qual dedicou grande parte de sua obra. Seu nome foi indicado *post mortem* para patrono da Academia de Letras, Ciências e Artes de Londrina.

Eurico Branco Ribeiro recebeu diversas comendas e títulos honoríficos. Além de cirurgião de rara habilidade, foi administrador de arguta competência e escritor de grande sensibilidade,

que soube interagir proficuamente nas multifárias entidades de que participou. Marcou presença na sua família, sendo pai, esposo, além de mestre, esteta e homem caridoso.

Sua figura ímpar caracterizou época durante os anos que viveu, a tal ponto, que seus feitos resistem ao tempo e transcendem sua existência terrena. Ele

vive na Sociedade Brasileira de Médicos Escritores, da qual é patrono oficialmente desde 1994.

Eurico Branco Ribeiro escolheu como lema de vida e *ex-libris* de seus livros a célebre frase de Hipócrates, que aliás, estava estampada no vitral de sua janela: "Conservarei puras a minha vida e a minha arte". E ele dignamente assim o fez.

"Sua figura ímpar caracterizou época durante os anos que viveu, a tal ponto que seus feitos resistem ao tempo e transcendem sua existência terrena. Ele vive na Sociedade Brasileira de Médicos Escritores, da qual é patrono oficialmente desde 1994"

Helio Begliomini é ex-presidente da Sociedade Brasileira de Médicos Escritores (SOBRAMES), regional de São Paulo (1992-1994), e da SOBRAMES Nacional (1998-2000)

dezenas, destacando-se o Colégio Internacional de Cirurgiões, Colégio Americano de Cirurgiões, Sociedade Médica de São Lucas, Sociedade Paulista de História da Medicina, Sociedade de Gastroenterologia e Nutrição de São Paulo, Associação Argentina de Cirurgia, Sociedade de Cirurgiões de Santiago do Chile (sócio honorário), Academia Brasileira de Medicina Militar, Sociedade de Cirurgia de Madrid e Sociedade de Gastroenterologia do Uruguai.

Foi redator por muitos anos dos *Anais Paulistas de Medicina e Cirurgia* e do *Boletim do Sanatório São Lucas*.

Publicou mais de 200 trabalhos científicos em anais de congressos, de sociedades e em outras revistas médicas, condensando quase todos eles em seus *Estudos Cirúrgicos* compos-

Cândido Barata Ribeiro

Emeric Lévy

O governo de Floriano Peixoto, que assumiu o poder após a renúncia do Marechal Deodoro da Fonseca, enfrentou séria turbulência política motivada, sobretudo, pela inteligência do parágrafo 2º do artigo 1º das Disposições Transitórias da primeira Constituição Republicana, quanto à necessidade ou não de realização de novas eleições em virtude de o Presidente resig-

natário haver deixado o cargo antes de completar dois anos de exercício.

A relutância do Vice-Presidente, apoiada pelo Congresso, que se pronunciou favoravelmente à legitimidade de sua permanência até o fim do quadriênio iniciado pelo proclamador da República (1891-1894), levou treze generais a elaborar um manifesto

enérgico exigindo eleição imediata, o que provocou a reforma dos signatários do documento e a decretação do estado de sítio por 72 horas, seguida da prisão e deportação de inúmeros civis e militares, em favor dos quais Rui Barbosa impetrou o célebre habeas corpus (1892), negado pelo Supremo, contra um único voto – do Ministro Pisa e Almeida.

Contudo, o caráter singular de Floriano, avesso às sutilezas jurídicas, revelou-se de maneira eloquente quando da nomeação para a Suprema Corte de dois generais do exército – Inocêncio Galvão de Queiroz e Francisco Raimundo Ewerton Quadros – e de um médico – Cândido Barata Ribeiro,

visto que a Constituição de 1891 exigia tão-só que os nomeados tivessem “notável saber e reputação, elegíveis para o Senado” (art. 56).

Assim, da combinação desse dispositivo da carta política com o artigo 72, parágrafo 24, do mesmo diploma, o chefe do Governo poderia concluir, à primeira vista, pela viabilidade da nomeação de um indivíduo não diplomado por faculdade de direito, bastando que ele ostentasse notável saber, ainda que noutra área do conhecimento humano, e tivesse reputação ilibada.

A nomeação dos ilustres oficiais, feita nos derradeiros meses do mandato presidencial, pelos decretos de 20 de setembro e 16 de outubro de 1894, não se aperfeiçoou por falta de tempo para a devida homologação no Senado, como era de rigor (art. 48, parágrafo 12), tendo ambos, posteriormente, se destacado na Revolução Federalista do Rio Grande do Sul: Ewerton Quadros na ocupação de Curitiba e Inocêncio Galvão de Queiroz na pacificação dos revoltosos, como emissário de Prudente de Moraes, ao assinar o armistício de Pelotas (1895).

A indicação do médico para a vaga decorrente da aposentadoria do Ministro Joaquim da Costa Barradas – o mesmo que relatou o referido habeas corpus impetrado por Rui – verificou-se por decreto de 23 de outubro de 1893, tendo ele tomado posse no dia 25 de novembro e permanecido em exercício regular até 29 de setembro do ano seguinte, ocasião em que a Câmara Alta negou aprovação ao ato presidencial, de sorte que Barata Ribeiro, ainda que não possuísse o título de Bacharel em Direito, pôde exercer o elevado cargo durante dez meses, favorecido pelo recesso do Congresso Nacional, em razão da Revolta da Armada, na capital federal, chefiada pelo almirante Custódio José de Mello.

Crise ministerial – A insólita nomeação de Barata Ribeiro para a Suprema

Corte, assim que o decreto presidencial veio a lume no Diário Oficial de 24 de outubro, motivou a renúncia – em sinal de protesto – do Ministro das Relações Exteriores, Carlos de Carvalho, que incontinentemente devolveu à Secretaria do Estado, para onde não mais retornou, todos os papéis que tinha em seu poder, ao mesmo tempo em que participava ao Marechal Vice-Presidente a razão porque deixara a pasta (cf. Rodrigo Otávio, *Minhas Memórias dos Outros*, primeira série, p. 99 e 100).

Foi o insigne João Barbalho, futuro Ministro do Supremo Tribunal Federal, quem relatou na Comissão de Justiça e Legislação do Senado, em sessão secreta de 24 de setembro de 1894, o parecer da lavra de Campos Salles, que fixou a correta inteligência do art. 56 da Constituição, em face da representação formulada pelos magistrados do Distrito Federal (cf. Célio Debes, *Campos Salles – Perfil de um Estadista*, v. 2, p. 43).

Frisou o relator do parecer que o “notável saber”, de que trata o texto constitucional, não pode deixar de ser senão o relativo ao ramo dos conhecimentos humanos pertinentes à competência do egrégio Tribunal, pelo que, para alguém ser nomeado Ministro daquela Alta Corte, não bastava ser jurista, mas se mostrava necessário que fosse notável por seu saber nas matérias sobre as quais versam as respectivas funções.

Tal adjetivação, específica de conhecimentos jurídicos, foi objeto da reforma constitucional de 1926, no governo de Artur Bernardes, através da emenda número 45, depois retirada (cf. Castro Nunes, *Teoria e Prática do Poder Judiciário*, 1943, p. 182), que acabou sendo inserida, em boa hora, na Constituição de 1934 (art. 74) e depois na Carta em 1937 (art. 98), mantida na Constituição de 1946 (art. 99), bem como nas posteriores, inclusive na atual (art. 101), requisito esse que Pedro Lessa considerava implícito no texto constitucional de 1891, dada a natureza da função exercida pelos juizes (cf. *Do Poder Judiciário*, 1915, p. 28).

Um Médico no Supremo Tribunal Federal

Carreira eclética – O pediatra Cândido Barata Ribeiro, baiano de Salvador, onde nasceu a 11 de março de 1843, destacou-se no desempenho de vários cargos na administração pública antes e depois de ser Ministro do Supremo Tribunal, tendo sido Diretor do Serviço Médico e Cirúrgico da Santa Casa de Misericórdia de Campinas, onde residiu algum tempo, como refere Lycurgo de Castro Santos Filho (cf. *História da Medicina no Brasil*, v.2, p. 290), e lente por concurso da cadeira de clínica pediátrica da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro.

Foi também, por nomeação do "Marechal de Ferro", o primeiro prefeito do Distrito Federal, após a Lei que lhe dera relativa autonomia (1892). Nesse cargo, além da conservação de estradas que facilitavam o abastecimento de víveres à população carioca, dispensou redobrada atenção à política sanitária, sendo célebre, em sua administração, o desmantelamento de um famigerado cortiço conhecido como "cabeça de porco", infestado de marginais e localizado nas proximidades da estação ferroviária D. Pedro II (cf. Ferreira da Rosa, *Memorial do Rio de Janeiro*, v. II, p. 192-193), que recebeu essa denominação por causa de uma cabeça de suíno esculpida no arco do portão de entrada (cf. Roberto Macedo, *Administração do Primeiro Prefeito do Distrito Federal*, 1955, p. 22, nota 9).

O paladino da República – Na juventude, o neto materno de Cipriano José Barata de Almeida foi ardoroso defensor da causa da abolição e propagandista da República (cf. Sacramento Blake, *Dicionário Bibliográfico Brasileiro*, v. 2, p. 26), que ajudou a implantar, como partícipe da famosa Convenção de Itú, na então província de São Paulo (1873), juntamente com seu irmão Cremildo Barata Ribeiro, além de ter sido eleito para o Senado, pelo Distrito Federal, no período de 1900-1908.

Na véspera da célebre reunião dos republicanos, segundo episódio relatado por Cesário Mota em suas *Recordações Históricas* e reproduzido por José Maria dos Santos no livro *Os Republicanos Paulistas e a Abolição* (p.134), Barata Ribeiro, usando da palavra no ato da inauguração da Estrada de Ferro Itujubia, junto da Tribuna oficial armada à porta da estação, exaltou as virtudes da iniciativa privada em contraste com "a absorvente e custosa ação governamental", terminando seu discurso com a frase "um dia o povo é Rei", a qual deixou perplexo o Presidente da Província, João Teodoro Xavier, presente à cerimônia, que, visivelmente contrariado, tratou de dá-la por encerrada.

Contraditoriamente, e empolgado pelo credo positivista, que exaltava a liberdade de opinião e o primado da vontade individual sobre o social, o Senador Barata Ribeiro, ao lado de Rui Barbosa, Joaquim Murtinho, Barbosa Lima, Lauro Sodré e tantos outros, opôs-se com veemência à aprovação do projeto de lei que tornava obrigatória a vacinação antivariólica, no Governo Rodrigues Alves, em detrimento do plano elaborado pelo Diretor da Saúde Pública, Osvaldo Cruz (cf. Afonso Arinos de Melo Franco, Rodrigues Alves, v.1, p. 390-395), cuja regulamentação – atribuída ao notável higienista – foi o pretexto para a eclosão de lamentáveis distúrbios populares na Capital do País, em novembro de 1904, com o envolvimento dos alunos das escolas militares, principalmente da Praia Vermelha.

O legado científico – O conhecido clínico e conceituado pediatra pertenceu à Academia Nacional de Medicina e a várias associações científicas do País, tendo escrito, após deixar a efêmera judicatura, já na qualidade de patrono de um célebre homicida de Campinas (José Pinto de Almeida Júnior), acusado de matar o capitalista Victorino de Menezes, o opúsculo

Controvérsia sobre os limites da defesa nas Revisões Extraordinárias (1897), em que postula o direito de sustentar oralmente as provas da inocência do réu, naqueles feitos, visto que o Regimento Interno do Pretório Excelso, então, era omissivo a respeito.

Barata Ribeiro deixou inúmeras obras de sua especialidade médica, merecendo destaque, entre outras, a tese sobre *As Causas e Tratamento da Retenção de Urinas* (1867), *Medidas Sanitárias que Devem Ser Aconselhadas para Impedir o Desenvolvimento e Propagação da Febre Amarela no Rio de Janeiro* (tese de concurso 1877), sbem como a compilação *Jurisprudência Médica*, publicada em 1888, e o livro *Resistência Legal*, dado a lume em 1901.

Escreveu, ainda, o *Segredo do Lar*, drama em quatro atos levado à cena pela primeira vez no Teatro Lucinda, a 6 de setembro de 1881, além de relatórios e discursos acadêmicos.

Casado com Ana Borges Barata Ribeiro, deixou descendência, falecendo no dia 10 de fevereiro de 1910 no antigo Distrito Federal, quando contava 67 anos incompletos, sendo sepultado no cemitério São João Batista.

Ao lado de Rui Barbosa, Joaquim Murtinho, Barbosa Lima, Lauro Sodré e tantos outros, o Senador Barata Ribeiro opôs-se com veemência à aprovação do projeto de lei que tornava obrigatória a vacinação antivariólica, no Governo Rodrigues Alves

Emeric Lévy é Desembargador, coordenador do Museu do Tribunal de Justiça de São Paulo, professor de Direito da Universidade Presbiteriana Mackenzie, membro da Academia Paulista de História e do Conselho Estadual de Honrarias e Mérito

Medicina nos Tribunais

J. Nascimento Franco

O *Times* publicou há algum tempo diversos editoriais sobre as frequentes demandas judiciais contra os médicos americanos, principalmente contra os cirurgiões. Sempre que um paciente é malsucedido, surge para o médico o risco de indenizar. Segundo a citada revista, tais ações indenizatórias rendem polpidos honorários aos advogados e isso tem incentivado tantos processos judiciais nessa área da responsabilidade civil. Nesse ponto há certo exagero, porque os advogados

(mesmo os americanos...) costumam ser muito desambiciosos e os honorários são, para eles, o menos importante dos objetivos. Ao contrário do que se insinuou, o que os estimula é o ideal de Justiça...

Castigue-se a ação ou omissão intencional, mas releve-se o fato involuntário de que tenha resultado para o paciente dano escusável. Para quase todos os pacientes, a cura é sempre creditada a algum santo ou a Deus, enquanto a morte e o insucesso são debitados geralmente ao médico

Pelo que se percebe, as companhias seguradoras americanas é que estão levando vantagem, porque os médicos e hospitais vêm aumentando o seguro

contra os riscos operatórios, como única forma de terem como pagar as indenizações em caso de insucesso clínico ou cirúrgico.

O certo, porém, é que, segundo dizem os jornais, digladiam agora, na terra do Tio Sam, duas "nações antagônicas": a dos advogados e a dos esculápios. Pertencendo a uma dessas "nações", apresso-me em me posicionar a favor da outra. É claro que não

desconheço a possibilidade de erro no exercício da medicina e, em determinadas circunstâncias, de erro suscetível de gerar a obrigação de indenizar. Mas é inegável que os discípulos de Hipócrates representam, no mundo egoísta de hoje, um grupo sacrificado e, na maioria, credor da gratidão de seus semelhantes. Nenhuma profissão exige tanta dedicação quanto a medicina. O sofrimento e a morte não marcam hora. Por isso, o sono dos médicos é habitualmente interrompido em plena noite e lá se vão eles, madrugada adentro, sedar as dores de seus pacientes. Para poder descansar, eles são obrigados a fugir de casa nos fins de semana e nas férias, o que nunca ocorre com os engenheiros, juizes, advogados, professores, enfim, com outros profissionais.

Só esse motivo chega para credenciar os médicos à tolerância e à compreensão de todos, notadamente dos tribunais. Aliás, parece que na medicina o erro é bem menor do que na Justiça. Qualquer pessoa pode confirmá-lo, comparando quantitativamente as cirurgias bem-sucedidas a que se submetem seus amigos e parentes com os desarranjos habituais nos processos decididos pela velha Têmis. Um juiz francês levantou a estatística dos erros judiciais, partindo da reforma das sentenças de primeira instância pela segunda, cujos acórdãos, por sua vez, são cassados pela Suprema Corte, para restabelecimento da primeira decisão. E, depois de tudo isso, decisões equivocadas ainda propiciam inúmeras e bem-sucedidas ações rescisórias, donde fica pairando no ar a dúvida sobre quem efetivamente errou ou quem acertou...

E nada menos viável do que se reclamar ao juiz que erra indenização pelos prejuízos e dissabores sofridos pelo postulante injustiçado. Lembrem-se disso juizes e advogados, quando tiverem

diante dos olhos processo civil e criminal tendo por objeto erro médico. "Errare humanum est", já diziam os romanos.

Castigue-se a ação ou omissão intencional, mas releve-se o fato involuntário de que tenha resultado para o paciente dano escusável. Para quase todos os pacientes, a cura é sempre creditada a algum santo ou a Deus, enquanto a morte e o insucesso são debitados geralmente ao médico.

É compreensível, pois, que os facultativos americanos andem irritados com os patronos de seus pacientes. Já se fala em decretar greve geral, recusar determinados clientes, não fazer cirurgias complicadas, etc. Apesar da aflição de futuro pai, que o procurava, um ginecologista nova-iorquino, que vinha de ser condenado na Justiça, limitou-se a prescrever esta receita:

— Vá procurar seu advogado. Ele que faça nascer o bebê!

J. Nascimento Franco é advogado em São Paulo

DEPARTAMENTO CULTURAL

Diretor: Guido Arturo Palomba

Diretor Adjunto:

Sérgio Pereira da Cunha

Conselho Cultural:

Duílio Crispim Farina (presidente);

Carlos Alberto Salvatore

Antônio Valdemar Tosi

Marisa Campos M. Amato

João Marques Teixeira

Yvonne Capuano

Cinematoteca:

Wimer Botura Júnior

Pinacoteca:

Aldir Mendes de Souza

Museu da História da Medicina:

Jorge Michalany

Coordenação Musical:

Dartiu Xavier da Silveira